



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO

LEI Nº 417/2008

De: 18 de Março de 2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR CONTINUIDADE AO CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PSH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Livramento – Estado da Paraíba **APROVOU e DECRETOU**, e Eu, **JOSÉ DE ARIMATÉIA ANASTÁCIO RODRIGUES DE LIMA**, Prefeito Constitucional do Município de Livramento PB, de conformidade com o artigo 69 da LOM, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Livramento, autorizado a dar continuidade ao convênio com a Economisa Crédito Imobiliário S/A – ECONOMISA, devidamente autorizada a operar o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, pela Portaria STN/MF nº775, de 07 de dezembro de 2007, que homologou o resultado do leilão realizado nos termos da Portaria Conjunta nº 3, de 03 de outubro de 2007, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, com vistas a viabilizar operações do referido programa no Município de Livramento PB.

Art. 2º. Constituirá o objeto do Convênio de que trata o caput do artigo anterior, a contratação de operações de financiamentos imobiliários de que trata o Decreto Federal nº5.247, de 19 de outubro de 2004 e a Portaria Interministerial nº335, de 29 de setembro de 2005, dos Ministérios de Estado da Fazenda e das Cidades, destinado ao atendimento em habitação para a população de baixa renda, com vistas à redução de déficit habitacional da zona rural na cidade de Livramento PB.

Art. 3º. O valor de contrapartida financeira do setor público municipal será em forma de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, que foram e/ou serão aportados no processo de produção.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à construção de 50(cinquenta) unidades habitacionais destinados ao atendimento de famílias de baixa renda, residentes na zona rural do município.

Parágrafo Único – As áreas a serem utilizadas para construção das unidades habitacionais, poderão ser provenientes de doações e / ou cessão de uso por parte de terceiros proprietários, ou de aquisição ou desapropriação de ordem municipal, e abrangerão exclusivamente toda a zona rural do Município.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal através de sua assessoria jurídica e a Secretaria de Administração e Finanças providenciará a seguinte documentação acessória de comprovação da mencionada doação:

- I.Termo de doação,
- II.Contrato administrativo de doação,
- III.Concessão definitiva de escrituras das unidades imobiliárias aos beneficiários.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Livramento, Estado da Paraíba, em 18 de Março de 2008.

José de Arimatéia A R de Lima
Prefeito